

☐ REQUERIMENTO Número /XIII (.ª)

☒ PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais da Universidade de Aveiro divulga ofertas que promovem a precariedade e a exploração laboral

Destinatário: Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior

Exmº. Senhor Presidente da Assembleia da República

Ainda recentemente o Bloco de Esquerda fez chegar uma pergunta por escrito ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, denunciando a divulgação, por parte do Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais da Universidade de Aveiro, de dois estágios na área de Design Gráfico e Comunicação onde se oferece uma remuneração mensal de 120 euros (€).

Em resposta a esta denúncia a Universidade de Aveiro tentou esclarecer publicamente a situação, dizendo que se tratava de uma “interpretação errónea” porque o anúncio se referia a estágios curriculares.

Claro que isso não explicava tudo. Se se tratava ‘apenas’ de estágios curriculares, então por que razão o anúncio se destinava também a recém-licenciados? A Universidade tentou explicar novamente o sucedido dizendo que “a entidade proponente optou por também selecionar no formulário do anúncio outras possibilidades (como aquela de licenciado), não se devendo depreender de tal que na livre opção que lhe assiste em recrutar num nível superior ao de ‘estudante’ a remuneração será aquela anunciada para o nível inferior”.

Julgando que estas justificações bastavam, a Reitoria da Universidade de Aveiro conclui que a UA “possui uma política de escrupuloso respeito pelos direitos laborais e, além de tal, advoga a melhoria contínua das condições de trabalho”, frisando que “tal tem reflexos internos, na UA, e é ainda transposto, como exemplo, para com aqueles que se relacionam com a UA”.

Acontece que não foi a primeira vez que o Gabinete de Estágios e Saídas profissionais da Universidade de Aveiro divulga junto de alunos e ex-alunos anúncios e ofertas de estágio que são atentatórias da dignidade dos mesmos, devendo classificar-se como pura exploração e procura de mão-de-obra quase gratuita.

A página *ganhemvergonha.pt* fez o levantamento de alguns desses casos.

Por exemplo: o jornal online da Universidade divulgou, no dia 17 de maio de 2018, [uma série de estágios](#) a realizar na BD Eletronics, na Alemanha, e em várias áreas de formação (administração pública, línguas e culturas, engenharias, comunicação, psicologia e outros), oferecendo-se remunerações de 150€. E sim, muitos destes estágios eram também destinados a já graduados, pelo que não se pode considerar que estamos perante ‘meros’ estágios curriculares.

Mas existem muitos outros exemplos, todos eles publicados no jornal online da UA, onde se oferecem 50€ a 100€ para vários estágios fora do país ou 150€ para ofertas de trabalho que não são referenciadas como estágios.

Todas estas situações, levantadas pela página online já referida, revelam que o anúncio que motivou a última pergunta do Bloco de Esquerda não foi um acontecimento isolado, nem se deveu a uma interpretação errónea. É uma prática reiterada e que merece censura. Prova-se também que a Universidade não possui nem promove uma política de escrupuloso respeito pelos direitos laborais junto dos seus estudantes e ex-estudantes.

Perante tudo isto o Bloco de Esquerda reitera a proposta que já fez anteriormente: deve existir um regulamento que obrigue à aplicação de critérios que tenham em conta o respeito pelos direitos no trabalho, vedando a publicação de anúncios que propõem remunerações abaixo do permitido.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a seguinte pergunta:

1. Tem o MCTES conhecimento desta situação reiterada?
2. Considera o MCTES que uma Universidade Pública deve promover a divulgação, junto dos seus estudantes e ex estudantes, de ofertas de estágio e/ou de emprego que claramente não respeitam a lei e que atentam contra os direitos laborais e contra a dignidade no trabalho?
3. Que medidas irá tomar o MCTES para que o Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais da Universidade de Aveiro e o Jornal Online da UA não volte a divulgar propostas promotoras da precariedade e da exploração laboral?
4. Vai o MCTES promover, junto da Universidade de Aveiro, um regulamento que obrigue à aplicação de critérios que tenham em conta o respeito pelos direitos no trabalho, vedando a publicação de anúncios que propõem remunerações abaixo do permitido?

**Os deputados,
Moisés Ferreira
Luís Monteiro**